

SANAR 

©book

---

**30 QUESTÕES COMENTADAS  
DE LEGISLAÇÃO DO SUS  
PARA CONCURSOS**

# Legislação do SUS

1

Natale Oliveira de Souza

## HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE

**01** (IDECAN - 2017 - INCA) Na era Vargas (1930 – 1945), a assistência médica prestada no país através por meio dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) era voltada:

- (A) A toda população brasileira.
- (B) Apenas aos trabalhadores das forças armadas.
- (C) A todos os trabalhadores brasileiros, independentemente da atividade exercida.
- (D) Apenas aos trabalhadores que exerciam atividade remunerada de determinadas categorias profissionais.

### GRAU DE DIFICULDADE



**DICA DO AUTOR:** É preciso atenção quanto ao período histórico e suas peculiaridades. No governo de Getúlio Vargas (1930-1945), constituiu-se um amplo alicerce institucional no âmbito da saúde pública. Em 1933, através por meio da unificação das CAPs, surge uma nova maneira de organização previdenciária - os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), organizados por categorias profissionais, garantindo benefícios aos assegurados. Lembrando que assistência médica para a população empobrecida, que não dispunha de recursos do IAPs, era prestada pelo atendimento de caridade e filantrópico, mantido pela igreja.

Serreta (2009), afirma:

“O sistema público de previdência social brasileira começou com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que se expandem na década de 1930, cobrindo as categorias estratégicas de trabalhadores pela lógica contributiva do seguro, ou seja, dos trabalhadores, dos em-

presários e do Estado. O primeiro IAP foi criado em 1933, dos marítimos, e com isso as CAPs foram paulatinamente se extinguindo, voltadas mais para a acumulação de reservas financeiras do que para a prestação de serviços. O modelo getulista (1930-1945) de proteção social se definia como fragmentado em categorias, limitado e desigual na implementação dos benefícios, como estratégia de controle das classes trabalhadoras.”

**Resposta:** (D)

**02** (IDECAN - 2017 - INCA) Considerando os componentes da medicina previdenciária no Brasil, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e o seu financiamento, é correto afirmar que:

- (A) Todos os componentes recebiam financiamento do governo.
- (B) O INPS era financiado pelos empregados e empregadores apenas.
- (C) As CAPs eram financiadas apenas pelos empregados e empregadores.
- (D) Tanto as CAPs quanto o INPS e o INAMPS eram financiados também pelo governo.

### GRAU DE DIFICULDADE



**DICA DO AUTOR:** Para responder a questão temos que nos lembrar da forma de financiamento componentes da medicina previdenciária no Brasil.

**Alternativa A: INCORRETA.** Apenas os IAPs, o INPS e o INAMPS eram financiados pelo governo.

**Alternativa B: INCORRETA.** O INPS era financiado por empregados, empregadores e governo.

**Alternativa C: CORRETA.** De acordo com Roncalli (2003), as CAPs eram organizadas por empresas e administradas e financiadas por empresários e trabalhadores. Em suma, as caixas -- As CAPs eram baseadas em contrato entre patrão e empregado sem a participação financeira do Estado.

**Alternativa D: INCORRETA.** As CAPs tinham um financiamento bipartite – empregados e empregadores. Tanto INPS quanto INAMPS eram organizadas pelo governo.

**Resposta:** C

**03 (IDECAN - 2017 – INCA)** Na década de 1970, o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) foi dividido em um sistema organizado para os benefícios sociais e outro para a assistência médica previdenciária que se denominava:

- (A) SUS.
- (B) IAPs.
- (C) CAPs.
- (D) INAMPS.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Conhecer a construção histórica da saúde no Brasil.

Vejamos o que diz Bertolozzi (1996), sobre o INAMPS:

“Em 1977, efetivou-se mais um movimento burocrático administrativo, na tentativa de promover a reordenação do sistema de saúde, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que congregava diversas entidades previdenciárias, como o Instituto de Administração Financeira (IAPAS), que gerenciaria o Fundo de Previdência de Assistência Social, o INPS - a quem competiria a concessão de benefícios ou outras prestações em dinheiro, além de programas assistenciais. O INAMPS - que se responsabilizaria pela prestação de assistência médica individual aos trabalhadores urbanos e rurais, além da Fundação Legião Brasileira de Assistência - voltada para a prestação de assistência social à população carente, da Central de Medicamentos (CEME) e

da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, dentre outras. Esse movimento justificava-se pela racionalização e reorganização da saúde. Mas, a sua implantação repercutiu de forma totalmente diferente das proposições, isto é, acabou por fragmentar os poderes e dividiu para diversos organismos as diferentes tarefas da Previdência.”

**Resposta:** D

**04 (IDECAN - 2017 – MS)** A medicina previdenciária no Brasil data de 1923, quando o governo instituiu, pela Lei Eloy Chaves:

- (A) As Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS).
- (B) Os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPS).
- (C) O Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
- (D) O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).
- (E) Dos Conselhos Consultivos de Administração de Saúde Previdenciária (IASP).

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** A questão exige do candidato memorização de datas marcantes. De acordo com a Fiocruz (1990), somente a partir de 1923, com a promulgação da Lei Eloy Chaves, vemos proliferar as Caixas de Aposentadoria e Pensões. Vinculadas a grandes empresas, destinavam-se a fornecer serviços de assistência médica e de seguridade social aos trabalhadores e seus dependentes, em troca de contribuições mensais efetuadas pelos empregados e empregadores. Tais fundos eram geridos formalmente por um colegiado composto por patrões e empregados, sendo que a participação dos empregados.

É preciso lembrar que a chamada Lei Eloy Chaves é apontada como marco introdutório do sistema de previdência para o setor privado.

**Resposta:** A

**05 (IDECAN - 2017 – MS)** As Conferências de Saúde no Brasil foram instituídas em 1937, no primeiro governo de Getúlio Vargas. Naquela época, foi criado o Ministério da Edu-

cação e Saúde composto pelo Departamento Nacional de Educação e pelo Departamento Nacional de Saúde. A criação do Ministério da Saúde, independente da área da educação, foi um grande marco no ano de 1953 e que aconteceu após a realização da:

- (A) 1ª Conferência Nacional de Saúde.
- (B) 2ª Conferência Nacional de Saúde.
- (C) 3ª Conferência Nacional de Saúde.
- (D) 4ª Conferência Nacional de Saúde.
- (E) 5ª Conferência Nacional de Saúde.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** A criação do Ministério da Saúde, oficializada em 25 de julho de 1953, se deu em meio a um forte debate a respeito das atribuições e a configuração a ser assumida pelo Estado de maneira geral.

**Alternativa A: INCORRETA.** De acordo com Brasil (2009), a 1ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada em novembro de 1941, por proposição de Gustavo Capanema.

**Alternativa B: CORRETA.** Observe o que diz Brasil (2009): a 2ª Conferência Nacional de Saúde foi realizada apenas em 1950, no final do governo Dutra, e pouca informação sobre ela está disponível. Sob a administração do ministro Pedro Calmon. Com um temário destinado a analisar “Pontos de vista dominantes entre os Sanitaristas”, pretendia construir uma compreensão sobre os problemas sanitários compartilhada entre os gestores estaduais e os do nível federal. A 2ª Conferência tratou de temas como malária, segurança do trabalho, condições de prestação de assistência médica sanitária e preventiva para trabalhadores e gestantes. Não há relatório conhecido da 2ª conferência.

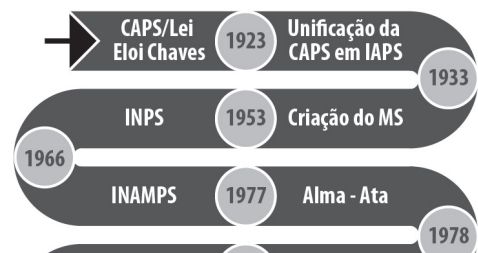
**Alternativa C: INCORRETA.** Brasil (2009), afirma: “Somente em julho de 1963, treze anos após a realização da 2ª conferência, foi convocada pelo presidente João Goulart a 3ª Conferência Nacional de Saúde. Seus integrantes eram ainda representantes do governo federal e dos estados e território, mas significou uma primeira ampliação dos atores participantes: estabeleceu que os dirigentes dos estados poderiam “[...] fazer-se acompanhar de assessores técnicos em todos os trabalhos [...]” (SAÚDE, 1963). Seu temário também expressava uma nova orientação, direcionada à análise da si-

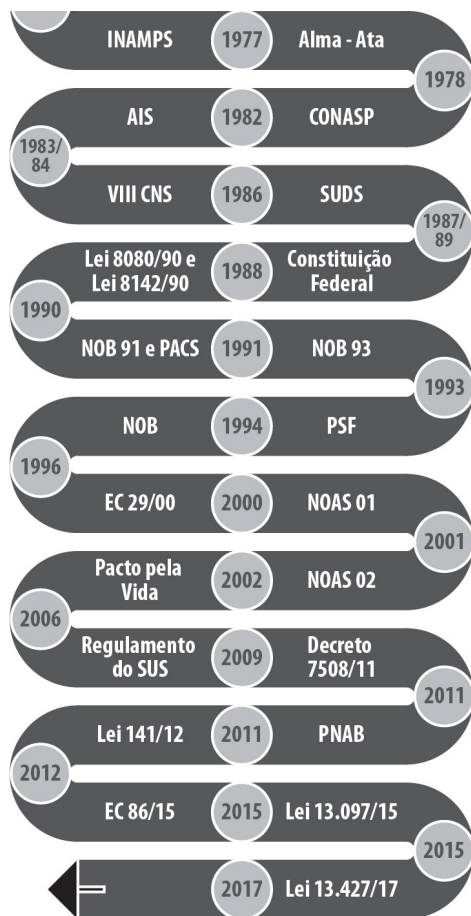
tuação sanitária e à reorganização do sistema de saúde, com propostas de descentralização e de redefinição dos papéis das esferas de governo, além de proposição de um plano nacional de saúde. O golpe militar de 1964 inviabilizou a implementação das medidas propostas pela 3ª conferência, mas suas deliberações alimentaram muitos dos debates realizados por movimentos sociais a partir da década dos setenta.”

**Alternativa D: INCORRETA.** Segundo Brasil (2009), a 4ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1967, bem como as três subseqüentes, realizadas durante o regime militar, retomaram o caráter de espaço de debate técnico, com a participação de especialistas nos temas debatidos e das autoridades do Ministério da Saúde, do Ministério da Previdência Social e Assistência Social (MPAS) e dos estados e territórios. Foi convocada por meio do Decreto n.º 58.266, de 27/04/66, e presidida pelo ministro Leonel Miranda, a 4ª conferência debateu o tema “Recursos Humanos para as atividades de Saúde”, focalizando a identificação das necessidades de formação de recursos humanos e as responsabilidades do Ministério da Saúde e das instituições de ensino superior da área na capacitação de profissionais e no desenvolvimento da política de saúde. Contou ainda com um painel internacional sobre a política e realizações da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e as experiências sanitárias da Venezuela e da Colômbia.

**Alternativa E: INCORRETA.** Consoante Brasil (2009), a 5ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em agosto de 1975, durante o governo de Ernesto Geisel, foi convocada pelo Decreto n.º 52.301, de 27/07/63, e presidida pelo ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado e dedicou-se a discutir cinco temas. A principal contribuição da 5ª conferência foram as propostas de organização do Sistema Nacional de Saúde.

**Resposta:** (B)





## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

**06 (CESPE/TCE-PA/2016)** Com relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), julgue o próximo item. Pela legislação do SUS, o Estado tem o papel de prover cuidados de saúde para a população que não tem poder de compra, devendo estimular na população de maior poder aquisitivo a aquisição de serviços no sistema de saúde suplementar.

( )

CORRETA

( )

INCORRETA

GRAU DE DIFICULDADE



**DICA DO AUTOR:** A questão requer conhecimento do SUS como todo, principalmente das suas ca-

racterísticas como Sistema de saúde universal e igualitário.

**Assertiva: INCORRETA.** O SUS é um sistema de saúde universal, onde todos têm o direito de acesso aos serviços de saúde, de forma igualitária, independente de pré-requisitos, como renda, nível sócio econômico, trabalho.

**07 (EBSERH - AOCF - 2016)** De acordo com a Constituição Federal, o Sistema Único de Saúde será financiado:

- (A) Com recursos exclusivos do orçamento da assistência social e da União.
- (B) Com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
- (C) Com recursos do orçamento da Previdência Social e da iniciativa privada, sendo vedada a utilização de recursos da seguridade social.
- (D) Com recursos exclusivos das receitas dos municípios.
- (E) Com recursos do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, sendo vedada a utilização de recursos da seguridade social.

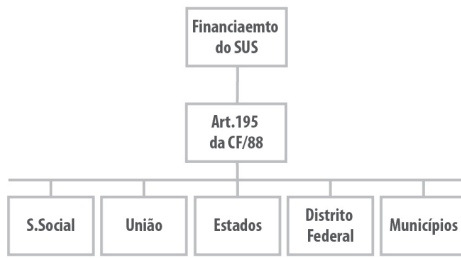
GRAU DE DIFICULDADE



**Dica do Autor** A questão requer leitura atenta do art. 198 da Constituição Federal de 1988, um dos mais cobrados em provas. Lembrando no decorrer do estudo das legislações referentes à saúde, não é preciso que o candidato às decore, mas sim que compreenda os conceitos mais relevantes.

**Assertiva B: CORRETA.** De forma objetiva, o parágrafo § 1º do art. 198 da Constituição Federal de 1988 versa sobre o financiamento do SUS. De acordo com o artigo supracitado, o Sistema Único de Saúde será financiado nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

**FINANCIAMENTO DO SUS**



**08 (AMEOSC/PREFEITURA DE PALMA SOLA – SC/2016)** A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter:

- (A) Complementar.
- (B) Opcional.
- (C) Excepcional.
- (D) Ordinário.

**GRAU DE DIFICULDADE**

**DICA DO AUTOR:** Sempre que uma questão fizer referência à iniciativa privada, deve-se lembrar dos termos do artigo 199 da Constituição Federal de 1988.

**Assertiva A: CORRETA.** O SUS, de acordo com o art. 199 da Constituição Federal de 1988, poderá contratar ou conveniar a rede privada, em caráter complementar, quando houver insuficiência de recursos para garantir o atendimento integral.

**Resposta:** (A)

**09 (IBFC/EBSERH/HUAP-UFF/2016).** Sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa correta.

- (A) O SUS é o sucessor do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS).
- (B) É uma nova formulação política e organizacional para o reordenamento dos serviços e ações de saúde estabelecida pela Constituição de 1988.
- (C) O SUS é o sucessor do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS).
- (D) O SUS não segue a mesma doutrina e os mesmos princípios organizativos em todo o

território nacional, ou seja, existem diferenças dentre as regiões brasileiras.

- (E) O SUS é um serviço ou uma instituição com finalidade distinta.

**GRAU DE DIFICULDADE**

**DICA DO AUTOR:** Estudar o SUS exige do aluno o entendimento da construção e evolução das políticas de saúde no Brasil.

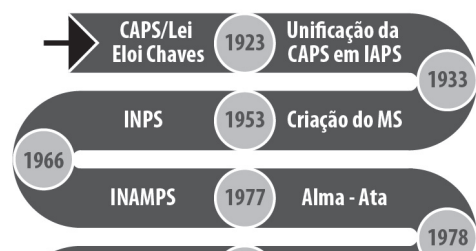
**Alternativa A: INCORRETA.** O SUS, na construção das políticas de saúde do país, não tem antecessor, pois é um sistema de saúde inovador que traz novo arranjo para a assistência de saúde no país. O INAMPS, foi a instituição que ofertava assistência à saúde para os contribuintes, era excludente. Com a institucionalização do SUS, através da Constituição Federal de 1988, a saúde passa a ser direito de todos e dever do estado.

**Alternativa B: CORRETA.** O nosso Sistema Único de Saúde é considerado uma das maiores políticas públicas em nível mundial, sendo 100% incluído e inovador. Traz dentre seus princípios de diretrizes a universalidade, integralidade, equidade. Podemos afirmar que temos uma Política de Saúde organizada para o povo.

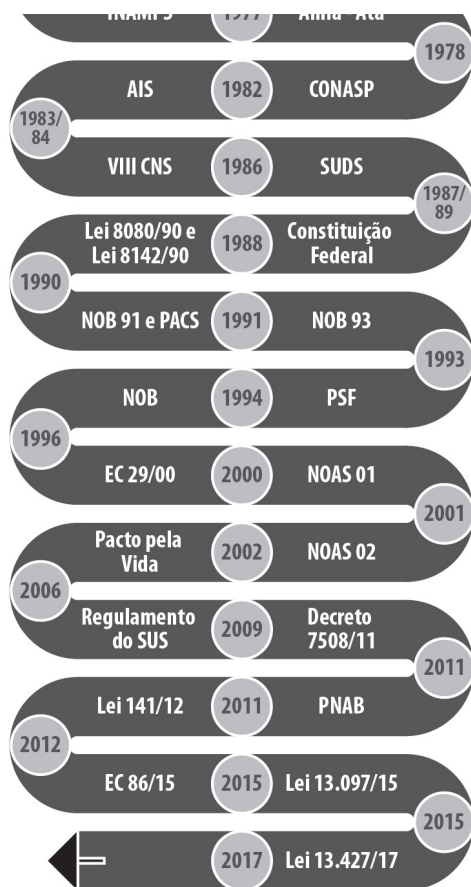
**Alternativa C: INCORRETA.** Como afirmado nos comentários da alternativa A, o SUS não tem antecessor, por ser um sistema e uma política inovadora. Podemos, sim, afirmar que temos uma linha histórica e que vários arranjos aconteceram antes da criação do SUS. O SUDS – Sistema Único Descentralizado da Saúde, surge em 1987 e é extinto em 1989., e foi implantado como “estratégia ponte”, com a finalidade de “preparar” os municípios para o novo modelo de atenção, que foca a descentralização.

**Alternativa D: INCORRETA.** O SUS é um sistema composto por ações e serviços.

**LINHA DO TEMPO – FATOS MARCANTES NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE NO BRASIL**







**Alternativa B: INCORRETA.** O controle social é uma diretriz do SUS e é a forma de participação do povo no planejamento, execução e fiscalização das ações e serviços de saúde, através das seguintes instâncias colegiadas: Conselhos e Conferências de Saúde.

**Alternativa C: CORRETA.** A universalidade é um princípio doutrinário. Traz a ideia do acesso de todos ao sistema único de saúde, sem preconceitos ou privilégios.

**Alternativa D: INCORRETA.** A integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

**Alternativa E: INCORRETA.** Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

#### PRINCÍPIOS DOUTRINÁRIOS DO SUS

Universalidade

Integralidade

Equidade

**10 (FUNRIO/IF-BA/2016)** O princípio do SUS que garante que todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, têm direito ao acesso às ações e serviços de saúde é o da(o)

- (A) Equidade.
- (B) Controle social.
- (C) Universalidade.
- (D) Integridade.
- (E) Igualdade.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Questão típica e recorrente de prova. Fique atento ao art. 198 da Constituição Federal e ao art. 7º da Lei nº 8.080/90.

**Alternativa A: INCORRETA.** A equidade é o tratamento desigual aos desiguais, intimamente ligada ao conceito de justiça social.

**11 (CONSULPLAN/PREFEITURA DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES/2016)** A redistribuição das responsabilidades quanto às ações e serviços de saúde entre os vários níveis de governo é um princípio de organização do SUS denominado:

- (A) Equidade.
- (B) Resolubilidade.
- (C) Universalidade.
- (D) Descentralização.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Questão típica e recorrente de prova. Fique atento ao art. 198 da Constituição Federal e ao art. 7º da Lei nº 8.080/90.

**Alternativa A: INCORRETA.** A equidade é o tratamento desigual aos desiguais, intimamente ligada ao conceito de justiça social.

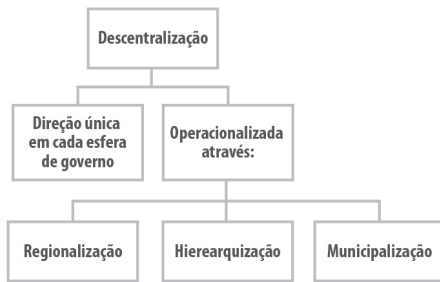
**Alternativa B: INCORRETA.** A Resolubilidade é a capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência.

**Alternativa C: INCORRETA.** A universalidade é um princípio doutrinário. Traz a ideia do acesso de todos ao sistema único de saúde, sem preconceitos ou privilégios.

**Alternativa D: CORRETA.** A descentralização é uma diretriz e princípio do SUS e define que o sistema único de saúde será organizado de forma que as ações e serviços de saúde sejam planejadas e executadas por aqueles que estão mais próximos dos problemas, no caso em questão, os municípios. A descentralização foca na direção única em cada esfera de governo.

**Resposta:** Ⓓ

**DESCENTRALIZAÇÃO**



**12 (MÁXIMA/PREFEITURA DE FRENTEIRA - MG/2016)** O conceito de “Saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que vise à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”, está previsto em qual legislação Brasileira?

- (A) Lei nº 8.080/09.;
- (B) Lei nº 8.143/09.;
- (C) Constituição Federal de 1988.;
- (D) Constituição Ffederal de 1948.

**GRAU DE DIFICULDADE**

**DICA DO AUTOR:** Sugiro leitura do art. 3º da Lei Orgânica 8.080/90, que versa sobre o conceito ampliado de saúde.

**Alternativa A: INCORRETA.** A Lei nº 8.080/90 regulamenta os artigos constitucionais da saúde e dispõe sobre a organização do SUS.;

**Alternativa B: INCORRETA.** “pegadinha de prova”. A Lei é a nº 8.142/90.

**Alternativa C: CORRETA.** Este conceito é o *caput* do art. 196 da Constituição Federal, o primeiro artigo que versa sobre a saúde.

**Alternativa D: INCORRETA.** Dispensa comentários.

**Resposta:** Ⓒ

**OS MARCOS JURÍDICOS DO SUS MAIS COBRADOS EM PROVAS**

- Constituição Federal de 1988 - artigos 194 ao 200
- Lei Orgânica 8.080/90
- Lei Orgânica 8.142/90
- Decreto 7.508/11
- Resolução 453/12
- Lei Complementar 141/12

**13 (UFMG/UFMG/2016)** O Sistema Único de Saúde (SUS) pode ser entendido, primordialmente, como uma “Política de Estado”, materializada em 1988, na chamada Constituição cidadã, ao considerar a Saúde como um(a)

- (A) Dever do Estado.
- (B) Direito de cidadania.
- (C) Direito de Cidadania e um dever do Estado.
- (D) Política pública.
- (E) Direito à saúde.

**GRAU DE DIFICULDADE**

**DICA DO AUTOR:** Lembre-se que o SUS é uma Política Pública.

**Comentários** O SUS é uma Política Pública, tem caráter universal e igualitário, não contributiva e 100% incluyente. Foi institucionalizado/



materializado através dos artigos 196 ao 200 da Constituição de 1988.

Resposta: C



**14** (IF-PE/IF-PE/2016) Analise o texto abaixo e assinale a alternativa que representa os princípios doutrinários do SUS: “Todo cidadão brasileiro deve ter acesso às ações e serviços de saúde oferecidos pelo SUS, independentemente de sua raça, posição social ou crença... Deve ser atendido conforme suas necessidades, reconhecendo as diferenças entre as populações e trabalhar para cada necessidade, oferecendo mais a quem mais precisa, diminuindo, assim, as desigualdades existentes.”

- (A) Universalidade e equidade.
- (B) Integralidade e hierarquização/regionalização.
- (C) Universalidade e integralidade.
- (D) Equidade e Hierarquização.
- (E) Controle social e preservação da autonomia.

**GRAU DE DIFICULDADE** ● ●

**DICA DO AUTOR:** Sugiro leitura do artigo 198 da CF/88 e do art. 7º da Lei Orgânica 8.080/90.

**Alternativa A: CORRETA.** A universalidade é um princípio doutrinário. Traz a ideia do acesso de todos ao sistema único de saúde, sem preconceitos ou privilégios.

A equidade é o tratamento desigual aos desiguais, intimamente ligada ao conceito de justiça social.

**Alternativa B: INCORRETA.** A integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. A hierarquização e a regionalização

são a forma de operacionalizar o princípio da descentralização.

**Alternativa C: INCORRETA.** A universalidade é um princípio doutrinário. Traz a ideia do acesso de todos ao sistema único de saúde, sem preconceitos ou privilégios. A integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

**Alternativa D: INCORRETA.** A equidade é o tratamento desigual aos desiguais, intimamente ligada ao conceito de justiça social; A Hierarquização é organizar o sistema de saúde em níveis de complexidade crescente.

**Alternativa E: INCORRETA.** O controle social é a participação dos usuários no planejamento e fiscalização das ações de saúde. A preservação da autonomia é um princípio que prevê o papel do usuário como sujeito ativo no processo de cuidar.

**15** (VUNESP/SPT/2012) A definição de saúde na Constituição Federal

- (A) induz à ideia de que o Sistema Único de Saúde tem a responsabilidade exclusiva pela saúde da população.
- (B) tem um viés assistencial que acabou induzindo a preferência de políticas voltadas para a recuperação da saúde, em detrimento da prevenção.
- (C) está em desacordo com a definição da Organização Mundial de Saúde, necessitando de reformulação estimula a formulação
- (D) de propostas parciais para os problemas e necessidades de saúde para a população mais carente.
- (E) expressa a compreensão de que a saúde da população é resultante da forma como a sociedade se organiza.

**GRAU DE DIFICULDADE** ● ●

**Alternativa A: INCORRETA.** O artigo 196 da Constituição Federal de 1988, deixa claro que a saúde é dever do Estado e consiste em garantir os meios para que seja garantido a saúde da população.

**Alternativa B: INCORRETA.** As ações e serviços oferecidos através por meio do SUS visam o acesso

universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

**Alternativa C: INCORRETA.** A Constituição Federal de 1988 é considerada uma constituição cidadã, justamente por apresentar um conceito de saúde que pondera determinantes e condicionantes.

**Alternativa D: INCORRETA.** O acesso ao SUS é universal e igualitário.

**Alternativa E: CORRETA.** Um conceito ampliado de Saúde, concebido desde a Reforma Sanitária, trata a saúde como resultado das relações em que o indivíduo está envolvido, sejam elas físicas, sociais, ambientais, culturais, dentre outras.

**16 (VUNESP/PREFEITURA DE POÁ – SP/2014)** Nos termos da Constituição Federal, quando trata da saúde, é correta a seguinte assertiva:

- (A) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
- (B) As ações e serviços de saúde devem observar o princípio do atendimento integral, priorizando as atividades curativas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- (C) Os Municípios aplicarão, trienalmente, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos derivados da aplicação de percentual calculado sobre o produto da arrecadação dos impostos.
- (D) É possível a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (E) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, e sua execução deve ser sempre realizada diretamente.

#### GRAU DE DIFICULDADE



**DICA DO AUTOR:** Essa questão exige do aluno conhecimento sobre o Art. 198 da CF de 88 que traz em seu caput a forma de organização do Sistema Único de Saúde - “as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constitui um sistema único”.

**Alternativa A: CORRETA.** O art. 198 da CF traz a forma de organização do SUS – “as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constitui um sistema único”.

**Alternativa B: INCORRETA.** De maneira clara, o art. 198 da Constituição Federal traz entre suas diretrizes o atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais. Lembrando que as diretrizes também são princípios e estão descritos no art. 7º da Lei nº 8.080/90.

**Alternativa C: INCORRETA.** De acordo com o art. 198 da Constituição Federal de 1988, os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo 15% (quinze por cento) da arrecadação total.

**Alternativa D: INCORRETA.** De acordo com o art. 199 da CF de 1988, é vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições com fins lucrativos.

**Alternativa E: INCORRETA.** De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu art. 197, são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através por meio de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

**17 (AOCPEBSERH/2015)** De acordo com as disposições da Constituição Federal, no que se refere à Saúde, assinale a alternativa correta.

- (A) A assistência à saúde é privativa da União e sem fins lucrativos, motivo pelo qual é vedada qualquer participação da iniciativa privada, exceto por instituições sem fins lucrativos.
- (B) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, somente mediante contrato de direito privado, após procedimento de licitação na modalidade concorrência.
- (C) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (D) É possível e sempre admitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
- (E) O Poder Público, por meio de Lei Complementar, regulamenta as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como estabelecimento das regras que permitem sua comercialização.

## GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Questão exige do candidato atenção na resolução e conhecimento do art. 199 da CF de 88 que versa sobre a iniciativa privada.

**Alternativa A: INCORRETA.** De acordo com o art. 199 da CF de 88, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada. As instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

**Alternativa B: INCORRETA.** Observe o comentário da assertiva anterior. De acordo com o art. 199 da Carta Magna, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.

**Alternativa C: CORRETA.** Conforme o parágrafo § 2º do art. 199 da CF de 88: “§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.”

**Alternativa D: INCORRETA.** É necessária atenção à seguinte situação: Segundo o art. 199 da CF de 88 é vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capital estrangeiro na assistência à saúde no país, salvo em casos previstos em lei. Lembre-se de acordo com a CF de 88 é vedada e de acordo com a LOS 8.080/90, em seu art. 23, é permitida.

**Alternativa E: INCORRETA.** De acordo com o texto do parágrafo § 4º do art. 199 da CF: “§ 4º - a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.”

**18 (AOC/ EBSERH/2015)** Em relação à organização da saúde na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) A saúde, como importante elemento da seguridade social, caracteriza-se pelo financiamento exclusivo por recursos públicos.

(B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, destinadas à saúde, integram o orçamento da União.

(C) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(D) A definição dos critérios de transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde da União para os Municípios, e dos Estados para os Municípios, independe de lei e da contrapartida de recursos.

(E) As ações e serviços públicos de saúde serão organizados em redes isoladas.

## GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Esta questão exige conhecimento sobre os artigos 195, 196 e 198 da Constituição Federal de 88, ou seja, a leitura “seca” é necessária para a fixação. Além disso, devemos atentar para as ações que compõem a seguridade social, uma vez que, a saúde está inclusa.

## TRIPÉ DA SEGURIDADE SOCIAL



**Alternativa A: INCORRETA.** O art. 195 da CF 88 traz que: A seguridade social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Alternativa B: INCORRETA.** As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.

**Alternativa C: CORRETA.** De acordo com o art. 196 da CF de 88 – A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso univer-

sal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

**Alternativa D: INCORRETA.** O art. 195 em seu parágrafo §10 traz: A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

**Alternativa E: INCORRETA.** Art.198 da CF de 88.

“As ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – Descentralização com direção única em cada esfera de governo;

II – Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – Participação da comunidade.”

#### DIRETRIZES DO SUS

Participação da comunidade
Participação da comunidade
Descentralização com direção única em cada esfera do governo.

**19** (AOCPEBSERH/UFC/2014) Nos termos da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

(A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(B) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

(C) O Sistema Único de Saúde será financiado exclusivamente com recursos do orçamento

da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal.

(D) As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.

(E) Lei federal disporá sobre o regime jurídico, o piso salarial profissional nacional, as diretrizes para os Planos de Carreira e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias, competindo à União, nos termos da lei, prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para o cumprimento do referido piso salarial.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Esta questão exige do candidato conhecimento sobre os artigos 195, 196, 197 e 198 da Constituição Federal de 88, sendo o art. 195 “Da seguridade Social” e os demais, “Da Saúde”. Sugiro leitura atenta do artigo 198, por conta de atualizações recentes.

**Alternativa A: CORRETA.** Artigo 196 da CF de 88: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

**Alternativa B: CORRETA.** Artigo 197 da CF de 88. “São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”

**Alternativa C: INCORRETA.** De acordo com o parágrafo § 1º do artigo 198 da CF de 88 – “O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”

**Alternativa D: CORRETA.** Artigo 198 da CF de 88, no que tange à forma de organização do SUS.

**Alternativa E: CORRETA.** Parágrafo § 5º do artigo 198 da CF de 88.

### ARTIGOS CONSTITUCIONAIS DA SAÚDE RESUMIDOS – CONSTITUIÇÃO DE 1988

Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado

Art. 197 - Por ser de relevância pública, as ações de saúde devem ser Regulamentadas, Fiscalizadas e Controladas

Art.198 - O SUS é organizado de forma regionalizada e hierarquizada, seguindo as diretrizes:descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.

Art. 199 - A Assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá participar do SUS em caráter complementar

Art. 200 - Atribuições do SUS

Resposta: **C**

**20** (EESP /ENFERMAGEM /BA, 2014) Sobre a Seção II (Da Saúde), situada no Capítulo II (Da Seguridade Social) e no Título VIII (Da Ordem Social), da Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo, identificando com V as verdadeiras e com F as falsas.

- |     |   |
|-----|---|
| ( ) | O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.  |
| ( ) | É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, desde que previstos em lei.   |
| ( ) | Não compete ao Sistema Único de Saúde participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.  |
| ( ) | As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos. |

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é:

**A** V F V F

- B** V F F V  
**C** F F V V  
**D** F V F V  
**E** V V F F

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Para responder esta questão o estudante deve ter o conhecimento dos artigos constitucionais que estão relacionados à saúde. Quais são eles? Arts. 196 ao 200. Além disso, ter entendimento que o financiamento da saúde está agregado ao da Seguridade Social (art. 195). Vale ressaltar que a saúde é inserida na agenda política com a promulgação da Constituição de 1988, a primeira Carta Magna a contemplar artigos relacionados ao tema.

**Assertiva 1: VERDADEIRA.** De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 198 da Constituição Federal de 1988: “§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.” O art. 195 não está inserido na sessão saúde, mas dispõe sobre o financiamento da Seguridade Social que é composta pelo tripé: assistência social, saúde e previdência.

**Assertiva 2: FALSA.** De acordo com o art. 199 da Constituição de 1988, em seu parágrafo segundo, a destinação de recursos é vedada: “§ 2º - É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos. ”

**Assertiva 3: FALSA.** Está é fácil. O artigo 200 da Carta Magna versa sobre as competências do SUS, que posteriormente são regulamentadas pela Lei Orgânica 8.080/90. A participação na formulação da política e execução de ações de saneamento básico é uma das atribuições do SUS. Fiquem atentos, pois é uma ação intersetorial, por este motivo o verbo é participar. Vamos ler o que traz o inciso IV do art. 200 da CF/88:

“IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico. ”

**Assertiva 4: VERDADEIRA.** Sobre a participação da iniciativa privada no SUS podemos afirmar que ocorrerá em caráter complementar, quando houver insuficiência de recursos públicos para cumprir o princípio da integralidade. Esta ação será formalizada mediante contrato ou convênio, e a preferência serão as instituições filan-

trópicas e sem fins lucrativos. Vejamos o que traz o parágrafo primeiro do art. 199 da CF/88: “§ 1º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

**Resposta:** Ⓑ

**21 (UFU/ ENFERMAGEM, 2013)** O art. 196 da Constituição Federal dispõe que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Considerando a fundamentação do direito à saúde, concebido no texto acima, assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Com base nos preceitos constitucionais, a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) norteia-se exclusivamente pelos princípios doutrinários da universalidade e integralidade.
- Ⓑ A lei incentiva a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com ou sem fins lucrativos.
- Ⓒ A Constituição legitima o conceito de saúde que abrange, entre outros fatores determinantes e condicionantes: o meio físico; o meio socioeconômico e cultural; os fatores biológicos e a oportunidade de acesso aos serviços que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde.
- Ⓓ A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, sendo permitida a comercialização desses exclusivamente em instituições privadas.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Uma questão que exige, além do conhecimento do texto da lei maior, saberes da construção histórica das políticas de saúde e saúde coletiva.

**Alternativa A: INCORRETA.** De forma objetiva, o art. 198 da CF/88 versa sobre as diretrizes do SUS.

Estas serão explicitadas também como princípios no art. 7º da LOS 8.080/90. Em resumo: as diretrizes também são princípios. E quais são as diretrizes do SUS? – Atendimento integral, descentralização, participação da comunidade. Agora, quais são os princípios DOUTRINÁRIOS do SUS? – Integralidade, universalidade e equidade. Há esta divisão na legislação que rege o SUS, mas, para fins didáticos, os estudiosos da saúde coletiva classificam os princípios em: doutrinários e organizativos.

**Alternativa B: INCORRETA.** Já comentamos esta assertiva na questão anterior, vamos reforçar? A destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções para instituições com finalidade lucrativa é vedada, não havendo incentivo para esta ação.

**Alternativa C: CORRETA.** Percebam a importância de entender que os artigos constitucionais são regulamentados pelas leis orgânicas. O art. 196 da CF/88 traz a obrigatoriedade do Estado frente às ações de saúde e determina as ações de promoção, proteção e recuperação. E qual a relação com o conceito ampliado de saúde? Não podemos pensar em saúde sem lembrar que é um conjunto de fatores determinantes e condicionantes e não mais a “ausência de doença”. Com isso, basta ler o art. 3º da Lei Orgânica 8.080/90 que traz, o que chamamos de conceito ampliado de saúde: “Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.”

**Alternativa D: INCORRETA.** Esta é uma “pegadinha” de prova. Ler as assertivas com atenção diminuem a chance de “cair” em situações como esta. De acordo com o art. 199 da CF de 1988: “A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.”

**22 (CONSULPLAN/ HOB/ ENFERMEIRO, 2015)** “É um dos princípios do Sistema Único de



Saúde (SUS), descrito na Constituição, o qual aborda a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. “Trata-se do princípio da

- (A) Participação social.
- (B) Aplicabilidade do SUS.
- (C) Universalidade do SUS.
- (D) Descentralização do sistema.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Sempre que uma questão fizer referência aos princípios do SUS, lembrem-se: as diretrizes são explicitadas na Constituição de 1988 em seu art. 198, mas não esqueça que as diretrizes do SUS também são princípios. Estes estão descritos no art. 7º da Lei Orgânica 8.080/90. Além disso, há uma divisão conceitual entre os princípios:

- Universalidade
- integralidade
- Equidade
- Todos os outros que constam no art. 7º da LOS 8.080/90

**Alternativa A: INCORRETA.** A participação Social é uma diretriz e princípio do SUS, que é regulamentada pela LOS 8.142/90. Há duas instâncias colegiadas de controle social: os conselhos e as conferências.

**Alternativa B: INCORRETA.** Dispensa comentários.

**Alternativa C: CORRETA.** Universalidade é o acesso de todos, de forma universal e igualitária, ao sistema de saúde.

**Alternativa D: INCORRETA.** Descentralização com direção única em cada esfera de governo é uma diretriz e princípio organizativo do SUS. Traduz a forma de organização do sistema.

**Resposta:** (C)

**23 (IOB/PREFEITURA DE ITUPORANGA-SC/ENFERMEIRO, 2014)** Analise o texto abaixo, e assinale qual alternativa a seguir indica a legislação do SUS a qual ela pertence: “A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

- (A) Art. 196 da Constituição Federal de 1988.

- (B) Declaração de Alma-Ata – setembro de 1978.
- (C) Art. 2 da Lei nº 8.142 de dezembro de 1990.
- (D) Norma Operacional Básica do SUS – NOB 1/96.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Ao estudar a legislação do SUS, é importante registrar/elencar sobre o que dispõe cada marco jurídico que é cobrado no edital.

**Alternativa A: CORRETA.** O texto traz na íntegra o *caput* do art. 196 da Constituição Federal de 1988, onde em que o Estado passa a ser responsável pelas ações e serviços de saúde, de forma universal e igualitária;

**Alternativa B: INCORRETA.** A Declaração de Alma-Ata foi o resultado da 1ª Conferência Internacional de Cuidados Primários em Saúde. Ocorreu em 1978 e pode ser considerado um dos fatos históricos mais importantes na mudança da organização das ações de saúde no país, mesmo antes da criação do SUS;

**Alternativa C: INCORRETA.** A Lei nº 8.142/90 dispõe sobre o controle social e as transferências inter-governamentais de recursos.

**Alternativa D: INCORRETA.** A NOB 96 é a Norma Operacional Básica que trouxe avanços no que tange à descentralização e a forma de repasse dos recursos. Cria o Piso da Atenção Básica e fortalece as ações da atenção primária através do investimento na Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde ( PACS) e Estratégia de Saúde da Família.

**24 (IOB/PREFEITURA DE ITUPORANGA-SC/ENFERMEIRO, 2014)** As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal. Com base nas diretrizes previstas no artigo 198 da Constituição Federal, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nos seguintes princípios. A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- |     |   |
|-----|---|
| ( ) | Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência. |
| ( ) | Igualdade da assistência à saúde, estabelecendo prioridades às gestantes.         |

( )	Integralidade de assistência com serviços preventivos e curativos em todos os níveis de complexidade.
( )	Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

- (A) V – V – F – F.  
 (B) V – V – V – F.  
 (C) F – F – F – V.  
 (D) F – V – V – V.  
 (E) V – F – V – V.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Questões que trazem diretrizes e princípios devem ser lidas com muita atenção, pois exigem o conhecimento tanto da CF/88 quanto do art. 7º da LOS 8.080/90. A Constituição, em seu art. 198, traz as diretrizes do SUS. Estas são regulamentadas no art. 7º da Lei nº 8.080/90.

**Alternativa 1: VERDADEIRA.** A universalidade é um princípio doutrinário, descrito no art. 7º da Lei nº 8.080/90. Significa que todos, sem distinção, têm o direito de acesso ao sistema único de saúde.

**Alternativa 2: FALSA.** Uma “pegadinha”. A igualdade também é um princípio, mas o art. 7º da LOS 8.080/90 traz o seguinte texto: “IV - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie”.

**Alternativa 3: VERDADEIRA.** A integralidade é um dos princípios doutrinários do SUS, alcançado através de ações preventivas e curativas, percebendo o indivíduo como um todo e ofertando a este o acesso ao serviço de saúde de acordo com a sua necessidade.

**Alternativa 4: VERDADEIRA.** Um dos princípios organizativos do SUS:

“III - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral”.

**Resposta:** (E)

**25 (AOCP/HUCAM-UFES/ENFERMAGEM, 2014)** Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I. Ilimitação da cobertura e do atendimento.
- II. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- III. Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- IV. Diversidade da base de financiamento.

- (A) Apenas II e IV.  
 (B) Apenas I e IV.  
 (C) Apenas I, III e IV.  
 (D) Apenas II, III e IV.  
 (E) I, II, III e IV.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Os artigos constitucionais que versam sobre o setor saúde são: 196 aos 200. Mas, muitas bancas solicitam, além destes, os arts. 194 e 195. Logo, sugiro leitura dos artigos que estão no capítulo II, Seção I – da Seguridade Social. Eles podem cobrar estes artigos mesmo não sendo da saúde? Sim, pois a seguridade social é formada pelo tripé: saúde, assistência social e previdência.

**Alternativa I: INCORRETA.** Em seu art. 194, parágrafo único, inciso I, a CF/88 traz a seguinte redação: “I - universalidade da cobertura e do atendimento”.

**Alternativa II: CORRETA.** De acordo com o inciso II, do parágrafo único do art. 194, não deve haver diferença entre os benefícios e serviços entre a população urbana e rural. “II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais”.

**Alternativa III: CORRETA.** Ainda de acordo com o mesmo artigo e parágrafo:

“IV - irredutibilidade do valor dos benefícios”.

**Alternativa IV: CORRETA.** Ainda de acordo com o mesmo artigo e parágrafo:

“VI - diversidade da base de financiamento”.

**Resposta:** (D)

**26 (CESPE/SESA/ES/ENFERMAGEM, 2013- MODIFICADA PELO AUTOR)** Acerca da livre participação da iniciativa privada na assistência à saúde no Brasil, prevista na CF de 1988, assinale a opção correta.

- (A) Em situações emergenciais ou de calamidade, as entidades filantrópicas e as que não tenham fins lucrativos terão preferência para participar do SUS, desde que haja previsão na

lei orçamentária anual para repasse ordinário de recurso.

Ⓑ A participação da iniciativa privada no SUS ocorre mediante a celebração de contrato ou convênio com o poder público.

Ⓒ A prestação de serviços pela iniciativa privada, sob o comando da direção nacional do SUS, não se submete aos princípios de regionalização e hierarquização da rede de serviços.

Ⓓ É permitida a participação, direta ou indireta, de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde e na doação de recursos financeiros por organismos internacionais vinculados à Organização das Nações Unidas.

Ⓔ O reajuste anual dos planos de saúde de pessoas com idade superior a setenta anos deve seguir a lógica da livre concorrência do mercado.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Toda vez que a questão se referir a participação da iniciativa privada na assistência à saúde, conforme a CF de 88 é preciso ter o conhecimento do artigo 199 da Carta Magna. Lembrando que a assistência à saúde no Brasil, conforme a CF, é livre à iniciativa privada.

**Alternativa A: INCORRETA.** Vejamos o texto do parágrafo 1º do artigo 199: “§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.”

**Alternativa B: CORRETA.** Conforme o parágrafo 1º do artigo 199 da CF, citado na assertiva anterior: “As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio.”

**Alternativa C: INCORRETA.** Acabamos de observar nas assertivas anteriores que na prestação da assistência à saúde a iniciativa privada deve obedecer aos princípios e diretrizes do SUS. Logo, a regionalização e hierarquização enquanto princípios devem ser obedecidos na prestação da assistência.

**Alternativa D: INCORRETA.** Atentem que essa assertiva pode gerar inúmeras dúvidas. Com a promulgação da Lei nº 13.097/15, a Lei nº 8.080/90 passou a vigorar com o artigo 23 permitindo a participação, direta ou indireta, de empresas ou

de capitais estrangeiros na assistência à saúde. Mas é importantíssimo salientar que a Constituição Federal não foi modificada, ou seja, conforme a CF de 88, em seu artigo 199, parágrafo 3º: É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país, salvo nos casos previstos em lei.

**Alternativa E: INCORRETA.** Quem regula a saúde suplementar é a Agência Nacional de Saúde (ANS), criada em 2000.

**27 (UFCG/COMPROV/HUAC-UFCG, ENFERMAGEM, 2014)** De acordo com o Art. 200 da Constituição Federal, compete ao Sistema Único de Saúde, exceto:

Ⓐ Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.

Ⓑ Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

Ⓒ Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

Ⓓ Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico.

Ⓔ Executar a política do meio ambiente, nela compreendido o manejo dos resíduos sólidos.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Atentar para o enunciado, pois solicita a exceção. O art. 200 da CF/88 é um dos mais cobrados em prova. Sugiro leitura “seca” deste artigo juntamente com o art. 6º da LOS 8.080/90.

**Alternativa A: CORRETA.** De acordo com o art. 200 da CF/88, em seu inciso I: “I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.”

**Alternativa B: CORRETA.** De acordo com o art. 200 da CF/88, em seu inciso II: “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”.

**Alternativa C: CORRETA.** De acordo com o art. 200 da CF/88, em seu inciso III: “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”.

**Alternativa D: CORRETA.** De acordo com o art. 200 da CF/88, em seu inciso V: “incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico”.

**Alternativa E: INCORRETA.** Uma boa “pegadinha” de prova. De acordo com o art. 200 da CF/88, em seu inciso VIII, compete ao SUS: “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.”. No entanto, a assertiva traz: executar a política do meio ambiente. A execução das ações da política do meio ambiente é de responsabilidade de outro setor, cabendo ao SUS a participação e não a operacionalização destas. Podemos dizer que as ações relacionadas ao meio ambiente são intersetoriais, pois não são atribuições do setor saúde, mas a ausência destas causa impactos negativos nas condições de saúde. Logo, os setores governamentais devem unir forças para diminuir os riscos à saúde da população.

**Resposta:** (E)

**28 (UFPE/2015 - RESID. MULT. PROF. SAÚDE ENFERMAGEM)** De acordo com a Constituição Federal, Art. 200, ao Sistema Único de Saúde compete algumas atribuições nos termos da lei. Sobre elas, analise os itens abaixo:

1. Ordenar a formação de recursos humanos na área da saúde.
2. Incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico.
3. Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
4. Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
5. Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Os itens 1 e 2 estão incorretos.
- (B) Os itens 3 e 4 estão corretos.
- (C) Apenas o item 4 está correto.
- (D) Os itens 2 e 5 estão incorretos.

(E) Apenas o item 5 está incorreto.

#### GRAU DE DIFICULDADE

**DICA DO AUTOR:** Leitura “seca” dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988. Muita atenção com este tipo de questão que, mesmo sendo fácil, pode induzir o candidato ao erro pela forma da resposta.

**Alternativa 1: CORRETA.** De acordo o inciso III do artigo 200 da Constituição de 1988, é atribuição do SUS: “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde”.

**Alternativa 2: CORRETA.** De acordo o inciso V do artigo 200 da Constituição de 1988, é atribuição do SUS: “incrementar em sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico”.

**Alternativa 3: CORRETA.** De acordo o inciso II do artigo 200 da Constituição de 1988, é atribuição do SUS: “executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador”.

**Alternativa 4: CORRETA.** De acordo o inciso IV do artigo 200 da Constituição de 1988, é atribuição do SUS: “participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico”.

**Alternativa 5: CORRETA.** De acordo o inciso VI do artigo 200 da Constituição de 1988, é atribuição do SUS: “fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano”.

**Resposta:** (B)

**29 (RESID. MULT. PROF. SAÚDE UPE ENFERMAGEM, 2015)** Em outubro de 2014, a Constituição Federal de 1988 e o Sistema Único de Saúde completaram 26 anos de existência jurídica. Considerando esse acontecimento, é correto afirmar que:

- (A) O primeiro esforço governamental para instituir a integralidade nos moldes como previsto pela Constituição Federal de 1988 ocorreu com a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões em 1924 com a aproximação entre a assistência previdenciária, a assistência social e a assistência médica;
- (B) O critério de vinculação a um emprego formal e contribuição à Caixa de Aposentadoria e Pensões ou ao Instituto de Aposentadoria e

Pensões ou, ainda, ao Instituto Nacional de Previdência Social exprimia a negação do direito à atenção à saúde.

© A integração dos três tipos de assistência mencionadas na assertiva anterior estabeleceu-se de maneira tão intensa que tem servido de inspiração para a organização das redes de saúde preconizada pela Portaria MS 4.279/10.

© A definição organizacional de separação entre as práticas, tratamento de doenças e as de prevenção de doenças no período anterior ao SUS não impediu que os sistemas de ambas as práticas estivessem reunidos em um único comando político e administrativo.

© A exigência da vinculação a um emprego formal e a contribuição previdenciária foram os mecanismos usados para que os sistemas e serviços de saúde da Caixa de Aposentadoria e Pensões do Instituto de Aposentadoria e Pensões, e do Instituto Nacional de Previdência Social se orientassem pelo princípio da equidade.

#### GRAU DE DIFICULDADE



**DICA DO AUTOR:** Além da leitura “seca” dos artigos 196 ao 200 da Constituição Federal de 1988, precisamos entender o processo de evolução histórica das políticas de saúde no Brasil.

**Alternativa A: INCORRETA.** A instituição das CAPS se deu em 1923, através da Lei Eloy Chaves.

**Alternativa B: CORRETA.** As CAPS (1923) e IAPS (1933), foram instituídos para atender a população contribuinte, ou seja, aqueles que tinham um vínculo empregatício. Com isso, não podemos considerar uma política de saúde incluyente, podemos, sim, afirmar: eram excludentes e contributivas e não garantiam o direito de todos às ações e serviços de saúde.

**Alternativa C: INCORRETA.** AOs CAPS e os IAPS estavam vinculados à Previdência Social e não eram articuladas em Rede. A Portaria que dispõe sobre as Redes de Atenção à Saúde é a 4.279/10, logo, posterior aos CAPS (1923) e IAPS (1933).

**Alternativa D: INCORRETA.** A dicotomia entre ações de assistência e prevenção marcaram os períodos que antecederam ao SUS. As ações de assistência ficaram a cargo da Previdência e as ações de Prevenção sob coordenação do Ministério da Saúde, que é criado em 1953.

**Alternativa E: INCORRETA.** As CAPS (1923) e os IAPS (1933), foram instituídos para atender a população contribuinte, ou seja, aqueles que tinham

um vínculo empregatício. Com isso, não podemos considerar uma política de saúde incluyente, podemos, sim, afirmar: eram excludentes e contributivas e não garantiam o direito de todos às ações e serviços de saúde, muito menos cumpriam o princípio da equidade (justiça social).

**30 (RESID. MULT. PROF. SAÚDE UFPE ENFERMAGEM, 2015)** A Constituição Federal estabelece ao Sistema Único de Saúde:

1. A descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
2. O atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
3. O financiamento será com recurso do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.
4. A participação da comunidade.
5. As ações e serviços públicos de saúde são vedadas à iniciativa privada com fins lucrativos.

Assinale a alternativa correta.

- Ⓐ Todos os itens estão corretos.
- Ⓑ Existem, apenas, 3 itens corretos.
- Ⓒ O item 3 está incorreto.
- Ⓓ Os itens 3 e 5 estão incorretos.
- Ⓔ O item 5 está incorreto.

#### GRAU DE DIFICULDADE



**DICA DO AUTOR:** Leitura dos artigos 198 da CF/88 e atenção na hora de responder este tipo de questão.

**Alternativas 1, 2, 3 e 4: CORRETAS.** De acordo com o art. 198 da CF:

“Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - Participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Esta-



SANAR 

©book

---

**30 QUESTÕES COMENTADAS  
DE LEGISLAÇÃO DO SUS  
PARA CONCURSOS**